

## EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

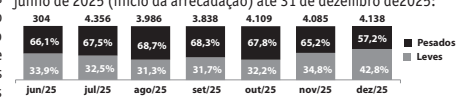
CNPJ/MF nº 58.056.076/0001-19 - NIRE 3530065117-1

### Relatório da Administração 2025

**Relatório da Administração 2025**  
**São Paulo (SP), 30 de março de 2026** – A EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (“Companhia” ou “EPR Infra Lote 6”) divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.** : A EPR Infra Lote 6 é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico, constituída em 18 de outubro de 2024, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 21, 2º andar, Bairro Jardim Paulista, no município de São Paulo - SP. A Companhia e suas controladas, EPR Engenharia S.A. e EPR Iguazu S.A. (em conjunto denominadas “Grupo”), tem por objeto social explorar, no território nacional, (i) projetos de infraestrutura em transporte, através da exploração direta e/ou participação em sociedades de propósitos específicos que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; (ii) aluguel de curta ou longa duração de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, comerciais e industriais, sem operador, (iii) testes físicos, químicos e outros testes analíticos de todos os tipos de materiais e de produto; e (iv) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação. **EPR Engenharia S.A.** : A controlada EPR Engenharia S.A. (“EPR Engenharia”), atua em atividades relacionadas à engenharia e à gestão de obras, incluindo o planejamento, execução, fiscalização e supervisão de projetos. A controlada atua de maneira estratégica, oferecendo soluções integradas para a realização de obras, sempre com foco na qualidade e no cumprimento dos prazos. Seu modelo de operação é voltado para a prestação de serviços exclusivamente para as empresas do grupo. **EPR Iguazu S.A.** : A controlada EPR Iguazu S.A. (“EPR Iguazu”) e, em conjunto com a Companhia, “Grupo”) foi constituída em 18 de outubro de 2024, a Companhia tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário integrante do Lote 6 – Rodovias do Paraná. Este lote abrange trechos das rodovias federais BR-163, BR-277 e BR-469, bem como das rodovias estaduais PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483, conforme previsto no Edital de Concessão nº 05/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e no respectivo contrato de concessão firmado em 11 de abril de 2025 (“Contrato de Concessão”). O contrato de concessão estabelece o prazo de 30 anos para a exploração do referido sistema rodoviário, conferindo à EPR Iguazu o direito de prestar os serviços mencionados e de auferir receitas por meio da cobrança de tarifa de pedágio, bem como da exploração de receitas extraordinárias expressamente autorizadas pela ANTT, nos termos e condições contratuais. Em 16 de maio de 2025, a controlada deu início às suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico. A principal fonte de receita da controlada ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 28 de junho de 2025. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual, tendo como data base do reajuste o mês de abril, ou em situações excepcionais, conforme previsto contratualmente. A extensão total da malha rodoviária sob concessão é de 662,1 km, abrangendo dois principais trechos: (i) da BR-277, do entroncamento com a BR-373/PR-452, próxima ao município de Guarapuava (PR), até a Ponte da Amizade, na divisa entre Brasil e Paraguai, em Foz de Iguaçu, passando por Cascavel; e (ii) de Cascavel até Pato Branco, no sudoeste do estado, passando pela cidade de Francisco Beltrão. A concessão contempla 9 praças de pedágio, sendo 6 atualmente existentes e 3 as quais possuem previsão para início da operação em 2026. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funcionará 24 horas por dia em 11 bases ao longo do trecho concedido, oferecendo suporte emergencial aos usuários. A principal fonte de receita da controlada é a arrecadação de tarifas de pedágio, receitas extraordinárias e as correspondentes receitas financeiras delas decorrentes. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual ou em situações excepcionais, conforme previsto contratualmente. **Grupo EPR**: A EPR Participações S.A. (“EPR”), acionista controladora direta da EPR Infra Lote 6, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consórcio da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura. O Grupo EPR, por meio da EPR Triângulo, da EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira, EPR Litoral Pioneiro e EPR Iguazu (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e duas concessões federais de rodovias no Estado do Paraná (“Grupo EPR”). Em 23 de outubro de 2025, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 4 do estado do Paraná. A EPR Paraná firmou contrato de concessão no 1º trimestre de 2026. **Mensagem do Diretor Presidente**: A EPR Infra Lote 6 é a controladora da EPR Iguazu. Em maio de 2025, a EPR Iguazu iniciou suas operações, e um dos destaques desse período foi a implantação de uma comissão tripartite, formada por representantes da ANTT, da concessionária e dos usuários da rodovia. Além de atender a uma determinação contratual, a criação dessa comissão reforça o compromisso do Grupo EPR com a construção de sua licença social, fortalecendo o diálogo e o relacionamento transparente com a sociedade. O Plano de 100 Dias, implementado de forma pioneira pela EPR Via Mineira, concessionária do Grupo EPR em Minas Gerais, orientou esforços para a execução de dez intervenções prioritárias, realizadas em paralelo aos serviços iniciais. A iniciativa evidenciou o compromisso da Companhia e da sua controlada com a segurança dos usuários e a melhoria da trafegabilidade, amparada por processos de escuta ativa com comunidades locais e autoridades. Como resultado dos investimentos e avanços realizados, terminamos o ano de 2025 com uma receita líquida ajustada no valor de R\$ 347,1 milhões e margem EBITDA de 63,5%. O tráfego na sua controlada EPR Iguazu foi de 2025 foi de 24,8 milhões de eixos equivalentes. Destaque também para a captação de R\$ 9,2 bilhões junto ao BNDES. O financiamento foi estruturado por meio da 2ª emissão de debêntures, composta por oito séries, totalizando R\$ 8,6 bilhões, a maior contratação de debêntures de 2025 no país, além de R\$ 605 milhões provenientes da linha FINEM. Estes recursos serão destinados para os investimentos de expansão e modernização da infraestrutura da rodovia. A segurança viária foi um dos principais focos de 2025. Com ações voltadas à requalificação do pavimento, melhorias na drenagem, reforço da sinalização e implantação de sistemas de iluminação, a EPR Iguazu promoveu uma rodovia mais eficiente, segura e adequada às necessidades dos usuários. Também foram implementadas novas bases de atendimento e serviços operacionais, ampliando a capacidade de resposta e garantindo suporte imediato aos usuários. Essas estruturas integram a missão da Companhia e sua controlada de promover mobilidade com qualidade, eficiência e segurança. Ao longo de 2025, diversas ações sociais e ambientais foram desenvolvidas. Entre elas, destaca-se o Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR que organiza, integra e amplia as ações de conscientização já realizadas pela EPR Iguazu e pelas demais concessionárias do grupo. O programa estimula o uso seguro da infraestrutura, incentiva a manutenção preventiva dos veículos e reforça a valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias. Para 2026, a Companhia seguirá realizando os investimentos previstos no contrato de concessão, mantendo um diálogo contínuo com a sociedade e reforçando o compromisso com a segurança viária e o bem-estar de todos que trafegam pelas rodovias administradas. Ainda para 2026, está prevista a abertura das novas praças de pedágio no modelo *Free Flow*, reforçando o comprometimento da Companhia e sua controlada em cumprir integralmente o contrato de concessão. **José Carlos Cassaniga Destaques de 2025 : Operacional e Regulatório**: O Grupo, por meio da EPR Iguazu, arrematou o processo licitatório no dia 19 de dezembro de 2024. O contrato junto à ANTT foi firmado no dia 11 de abril de 2025. No dia 16 de maio de 2025, a EPR Iguazu iniciou a prestação de serviços nas rodovias e até dezembro de 2025 a Companhia realizou mais de 86 mil atendimentos aos usuários. O Centro de Controle Operacional (“CCO”) da concessionária funciona 24 horas por dia, coordenando equipes de inspeção e socorro que patrulham as rodovias continuamente. As equipes estão distribuídas em bases operacionais estrategicamente posicionadas, garantindo um rápido tempo de resposta em emergências. A infraestrutura oferecida inclui ambulâncias, guinchos leves e pesados, caminhões de combate a incêndio e veículos para apreensão de animais, proporcionando uma ampla gama de

serviços para os usuários das rodovias.  
**Atendimentos**  
 Socorro Médico 3.676  
 Socorro Mecânico 15.873  
 Atendimento (pipa + boiadeiro) 1.630  
 Inspeções 65.389  
**TOTAL** 86.568  
**Financeiro: Debêntures**: Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático. O montante total da emissão foi de R\$ 350.000, sendo a 1ª série no montante de R\$ 270.000 e a 2ª série no montante de R\$ 80.000. A 1ª série foi integralizada em 07 de março de 2025, e a 2ª série foi integralizada em janeiro de 2026. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,84% ao ano. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerá em parcela única na data de vencimento das debêntures, 28 de fevereiro de 2028. Em 28 de fevereiro de 2025, a controlada EPR Iguazu realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático, no montante total R\$ 580 milhões, sendo a 1ª série no montante de R\$ 400 milhões e a 2ª série no montante de R\$ 180 milhões. A 1ª série foi integralizada em 17 de abril de 2025, e a 2ª série foi integralizada em janeiro de 2026. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,84% ao ano. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerá em parcela única na data de vencimento das debêntures, 28 de fevereiro de 2028. Em 15 de dezembro de 2025, a controlada EPR Iguazu realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, a ser controlada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória sob condição suspensiva, em 8 (oito) séries, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, com vencimento final em 15 de dezembro de 2049. O montante total da emissão foi de R\$ 8,6 bilhões. As debêntures foram integralizadas subscritas, mas não integralizadas. As debêntures serão integralizadas mediante o atendimento das respectivas condições precedentes da escritura. Em 26 de dezembro de 2025, a EPR Iguazu assinou o contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 605 milhões, com vencimento final em 15 de dezembro de 2049. O financiamento será liberado em subcréditos para a EPR Iguazu. A emissão de debêntures e o contrato de financiamento tem o objetivo de financiar os investimentos previstos no contrato de concessão. **Registro de Emissor categoria B - CVM**: Em 07 de outubro de 2025, a EPR Iguazu obteve a concessão de registro de Emissor – categoria B pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Capital Social e Reserva de Capital**: Em 21 de fevereiro de 2025, foram subscritas 239.999.900 ações sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 240 milhões. Em 06 de março de 2025 houve a integralização parcial no montante de R\$ 70 milhões, via recebimento de recursos financeiros dos seus acionistas, os quais foram destinados para o capital social. E restante deve ser integralizado até 24 de abril de 2026. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de capital social da Companhia foi de R\$ 70 milhões. **Investimentos em Controladas**: Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu da controlada EPR Iguazu, via transferência de ações, o montante de R\$ 100. Em 21 de fevereiro de 2025, a Companhia subscreeu na controlada EPR Iguazu o montante total de R\$ 690 milhões, sendo integralizado o valor de R\$ 334 milhões. O restante deve ser integralizado até 24 de abril de 2026. Ao longo de 2025, a Companhia recebeu da sua controlada EPR Iguazu R\$ 49,7 milhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de investimentos da Companhia em suas controladas EPR Iguazu e EPR Engenharia foi no valor total de R\$ 433,2 milhões, sendo R\$ 421,1 milhões e R\$ 12,1 milhões respectivamente. **Econômico-Financeiros**: A receita bruta com serviços prestados da Companhia foi de R\$ 373,5 milhões em 2025. A receita líquida ajustada em 2025 foi de R\$ 347,1 milhões. O tráfego na controlada EPR Iguazu em 2025 foi de 24,8 milhões de eixos equivalentes. O EBITDA em 2025 foi de R\$ 220,4 milhões (margem EBITDA 63,5%). Em 2025, a controlada EPR Iguazu registrou R\$ 448,8 milhões com custos de construção e desembolsou R\$ 397,4 milhões com destaque para obras de Trabalhos Iniciais, conforme o PER. **Programa de Integridade EPR**: A EPR Infra Lote 6, a EPR Engenharia e a EPR Iguazu estão sujeitas às disposições do Código de Conduta e da Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno de sua controladora, a EPR, que compõe, junto com suas controladas, o Grupo EPR (“Grupo EPR” e “Políticas”, respectivamente). A EPR ressalta ainda que, foram revisadas, criadas e lançadas a partir de abril de 2024 as seguintes políticas e Diretrizes de integridade, que estão vigentes: (i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno; (ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta; (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas; (iv) Política do Canal de Ética, Não Retaliação e Gestão de Consequências; (v) Política de Conflito de Interesses; (vi) Política de Brindes Presentes Entretimento e Hospitalidades; (vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio; (viii) Política de Relacionamento com o Poder Público; (ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais; (x) Política de Auditoria Interna; (xi) Política de Alçadas; (xii) Política de Proteção de Dados; (xiii) Diretriz Corporativa de Investigação de Denúncias; (xiv) Diretriz Corporativa de Doações, Patrocínio, Parceria Sociais, Acordos de Cooperação e Convênio; (xv) Diretriz Corporativa de Monitoramento do Programa de Integridade; (xvi) Diretriz Corporativa Avaliação de Riscos de Corrupção, Suborno e Controles Internos; e (xvii) Diretriz Corporativa de Avaliação de Riscos de Parcerias. As referidas Políticas e Diretrizes visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei n.º 12.846, de 2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto n.º 8.420, de 2015) bem como em melhores práticas de mercado nacional e internacionais. Como parte do aprimoramento do Programa de Integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. Foram estabelecidos processos para gestão de *onboarding* de fornecedores, o qual se tornou um fator decisivo em suas relações comerciais, bem como para doação e patrocínios realizados pela Companhia. A área revisou e incluiu cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com parceiros de negócio. O Programa de Integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção o órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos, por meio de plano de conscientização com treinamentos e comunicados realizados periodicamente, recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do Programa de Integridade. O Grupo EPR possui um Canal de Ética, imparcial, administrado por empresa terceira, disponível 24hrs, sete dias por semana, podendo ser acessado por colaboradores e terceiros, com garantia do anonimato e sigilo. Para a sua condução a área de Integridade conduz, gerencia e trata os relatos recebidos, além de deliberar os temas em Comitê Executivo de Integridade e Ética da EPR. **Sustentabilidade: Atendimento ao Programa de Exploração de Rodovias**: No período de 2025, a EPR Iguazu consolidou avanços relevantes na implementação dos Parâmetros de Desempenho de Sustentabilidade previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), em conformidade com as diretrizes da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e com padrões internacionais de referência. No período, destacam-se a estruturação das políticas corporativas de gestão de pessoas, com foco em diversidade, equidade, integridade e condições justas de trabalho; a implantação de instrumentos de governança ética e canais de denúncia; e o desenvolvimento de diretrizes para gestão e monitoramento de

colaboradores e prestadores de serviço. Foram elaborados estudos e sistemas voltados à eficiência no uso de recursos naturais, prevenção da poluição e gestão de resíduos, bem como avaliações de riscos à saúde e segurança das comunidades lindeiras. A concessionária também apresentou plano de ação para reassentamento e recuperação de meios de subsistência, assegurando a proteção de direitos e a priorização de soluções negociadas. Adicionalmente, foram realizados estudos de identificação de comunidades tradicionais na área de influência da concessão e mapeamento de vulnerabilidades da infraestrutura frente a eventos climáticos extremos, com vistas ao fortalecimento da resiliência do sistema rodoviário. Essas iniciativas reforçam o compromisso da EPR Iguazu com a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e a conformidade regulatória, estabelecendo bases sólidas para uma operação responsável e alinhada às melhores práticas do setor. **Inventário de Gases De Efeito Estufa – IGEE**: Com foco no fortalecimento da governança ambiental, em 2025 a EPR Iguazu contratou uma consultoria para apoiar a contabilização, o monitoramento e a estruturação do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE). A iniciativa estabelece metodologia, rotinas de coleta e consolidação de dados e bases para o acompanhamento de desempenho e priorização de ações de mitigação ao longo da construção. **Sistema de Gestão Integrado – SGI**: Em 2025, a EPR Iguazu estruturou na área de Sustentabilidade uma equipe com analistas e especialista para implantar o Sistema de Gestão Integrada (SGI), com apoio de uma consultoria, fundamentada nas normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Gestão Ambiental), ISO 39001 (Segurança Viária), ISO 45001 (Saúde e Segurança Ocupacional) e ISO 55001 (Gestão de Ativos). O SGI é um instrumento estruturante para consolidar processos, controles e indicadores, assegurando a melhoria contínua e o atendimento a requisitos legais, contratuais e normativos, além de integrar a gestão de riscos ambientais, de SST e de segurança viária. **Programa de Educação Socioambiental**: Na EPR Iguazu, ano de 2025 foi marcado por programas e campanhas com foco em segurança viária, proteção à vida, bem-estar e cidadania, desenvolvimento e/ou apoiados por áreas como Operação, Comunicação, Responsabilidade Social/ESG, Saúde e Times de Apoio, com entre maio e dezembro, a EPR Iguazu realizou programas sociais e educacionais, com apoios das Polícias Rodoviárias e Agentes de Trânsito com temáticas que priorizam educação para o trânsito, prevenção de riscos e fortalecimento do vínculo com comunidades lindeiras e usuários, por meio digitais e presenciais. Como destaque temos a adesão ao Programa Na Mão Certa - Childhood Brasil, voltado ao enfrentamento da exploração de crianças e adolescentes nas rodovias. Foram promovidas campanhas digitais sobre temas críticos de segurança viária, como ultrapassagens proibidas e a Lei Seca, além de iniciativas de conscientização e proteção, como a campanha “Assédio, PARE!” e ações do Setembro Amarelo, focadas em saúde mental. A concessionária também desenvolveu ações presenciais de orientação e prevenção, incluindo atividades com motoristas profissionais, participação em semanas municipais de trânsito, campanhas de prevenção ao suicídio e programas de segurança, além de engajamento comunitário por meio da participação na Feira de Profissões de Cascavel. **Programa Conviver**: O Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR buscou estimular comportamentos seguros e corresponsáveis entre motoristas, pedestres, ciclistas, motociclistas e comunidades vizinhas às rodovias. O programa promoveu a educação para o uso seguro da infraestrutura, incentivo a manutenção preventiva dos veículos e reforço da valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias. **Projetos de Lei de Incentivo**: Ainda em 2025, a EPR Iguazu estruturou um portfólio de investimento social por meio de mecanismos regulados (Leis de Incentivo e Fundo Público) a serem implementados entre 2026 e 2027, combinando ações de base comunitária e iniciativas de maior escala. Pelo Fundo Municipal do Idoso, o projeto “Chimarrão em Família – Fortalecendo Laços e Tradições” será executado em Renascença, com estimativa de 220 famílias beneficiadas, por meio de fortalecimento de vínculos e convivência comunitária. Já pela Lei de Incentivo ao Esporte, o “Judô para Todos Brasil” prevê execução em Foz de Iguaçu, Francisco Beltrão e Pato Branco, com 700 participantes diretos e cerca de 2.100 beneficiários indiretos (familiares), por meio de núcleos esportivos e ações socioeducativas ao longo de 12 meses. No eixo cultural-educacional pela Lei Rouanet, a EPR Iguazu apoia duas iniciativas com forte potencial de sensibilização e legado. O projeto “O Olho nos ODS” será realizado em Cascavel e Santa Tereza do Oeste, por meio de exposição interativa e atividades educativas ligadas à Agenda 2030, e público estimado conforme capacidade das escolas, cerca de aproximadamente 300 alunos por escola. Já o “Pe na Estrada” levará um espetáculo infantil/juvenil gratuito com foco em segurança viária e biodiversidade para os municípios Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Capitão Leônidas Marques, Realeza, Ampére, Marmeleiro, Renascença e Vitorino, situados no Sudoeste do Paraná, com estimativa de 12.500 pessoas impactadas. **Recursos Humanos**: Em 2025, a EPR Iguazu registrou 513 empregos diretos na região da concessão. O Grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração. A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso. **Desenvolvimento econômico dos municípios**: A EPR Iguazu, no ano de 2025, repassou R\$ 17,4 milhões em Imposto Sobre Serviços (“ISS”) aos 31 municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura. **Eventos subsequentes: Aumento de capital social e alteração de participação societária**: Em 13 de janeiro de 2026, a Companhia, vendeu 100 ações ordinárias da controlada EPR Engenharia S.A. ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada, para a acionista EPR Participações S.A. O valor contábil das ações era de R\$ 16,1 milhões e houve uma perda na aquisição no montante de R\$ 16,1 milhões, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia como um ágio e como um deságio na EPR Participações S.A. Em 21 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu de seus acionistas aporte de recursos financeiros, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R\$ 170 milhões, concluindo a subscrição realizada pelos acionistas no dia 21 de fevereiro de 2025. Em 22 de janeiro de 2026, a Companhia realizou aporte de recursos via integralização de capital em sua controlada EPR Iguazu no montante de R\$ 336,5 milhões. **Dividendos**: Em 13 de janeiro de 2026, a controlada EPR Iguazu destinou dividendos para sua controladora (EPR Infra Lote 6), no montante de R\$ 62 milhões, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026. **Liberções de recursos de dívidas contratadas anteriormente**: Em 21 e 22 de janeiro de 2026, a controlada EPR Iguazu e a Companhia receberam, respectivamente, R\$ 80 milhões e R\$ 180 milhões referentes à integralização das 2ªs séries das suas 1ªs emissões de debêntures. **Desempenho** : Tráfego: O tráfego mensal em eixos equivalentes na EPR Iguazu teve a seguinte distribuição entre leves e pesados desde 28 de junho de 2025 (início da arrecadação) até 31 de dezembro de 2025:



O tráfego acumulado no exercício social findo em 2025 foi de 24,8 milhões de eixos equivalentes, sendo 8,5 milhões de veículos leves e 16,3 milhões de veículos pesados.  
**Tráfego em milhares de eixos equivalentes**  
 Leves 8.499  
 Pesados 16.316  
**Total** 24.816  
**Tarifa Média**: A tarifa média líquida na EPR Iguazu no período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 15,05. **Receita**: A Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2024 e a cobrança de pedágio não havia iniciado até 31 de dezembro de 2024. O início da arrecadação de pedágio na controlada EPR Iguazu foi em 28 de junho de 2025. Apresentamos a receita apurada abaixo:

	Consolidado
<b>Receita (R\$ mil)</b>	<b>2025</b>
Receita Bruta	827.109
Receita de serviços prestados	373.531
3. Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo.	

**Consolidado**  
**2025**  
 Receita de serviços de construção 448.828  
 Receita de gerenciamento 4.750  
 Imposto sobre receitas operacionais (31.187)  
**Receita Líquida** 795.922  
 Receita de serviços de construção (448.828)  
**Receita Líquida Ajustada** 347.094  
 A receita com serviços prestados foi de R\$ 373,5 milhões em 2025. A receita líquida totalizou R\$ 795,9 milhões em 2025 e a receita líquida ajustada (excluindo a receita com serviços de construção) totalizou R\$ 347,1 milhões. Em 2025, 68,7% da arrecadação na EPR Iguazu foi pela modalidade automática (AVI). **Custos Operacionais e Despesas Administrativas:**  
**Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)**  

	Controladora	Consolidado
	<b>2025</b>	<b>2025</b>
Custo de serviços de construção	-	(437.135)
Serviços de terceiros	(872)	(71.943)
Com pessoal	-	(31.197)
Custo da concessão	-	(14.654)
Depreciação e amortização	-	(6.242)
Seguros e garantias	-	(5.042)
Combustíveis e lubrificantes	-	(3.487)
Aluguéis	(5)	(3.429)
Contribuições e doações	-	(1.286)
Perda de arrecadação	-	(43)
Outros	(10)	(7.271)
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(887)</b>	<b>(581.729)</b>

 No exercício de 2025 os custos de serviços de construção no consolidado foram de R\$ 437,1 milhões de um total de R\$ 581,7 milhões, representando 75,1% do total de custos e despesas operacionais. Os custos e despesas consolidado em 2025, decorrem de custos relacionados à infraestrutura e à operação da Companhia e da sua controlada. **EBITDA**: O EBITDA consolidado totalizou R\$ 220,4 milhões em 2025, com margem EBITDA de 63,5%.  
**Controladora Consolidado**  
**EBITDA (R\$ mil)**  

	2025	2025
Receita Líquida Ajustada	-	347.094
Receita de construção	-	448.828
Custos operacionais	-	(67.806)
Despesas operacionais	(887)	(76.788)
Outras receitas e despesas	-	9
Equivalência patrimonial	169.182	-
168.295	(144.585)	
Custos de construção	-	(437.135)
<b>EBIT</b>	<b>168.295</b>	<b>214.202</b>
Depreciação e amortização	-	6.242
<b>EBITDA</b>	<b>168.295</b>	<b>220.444</b>
Margem EBITDA	0,0%	63,5%

 Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA:  
**Controladora Consolidado**  
**EBITDA (R\$ mil)**  

	2025	2025
Prejuízo do exercício	128.217	125.737
(+) IR e CS - correntes e diferidos	781	65.737
(+) Resultado financeiro	39.297	22.728
(-) Depreciação e amortização	-	6.242
<b>EBITDA</b>	<b>168.295</b>	<b>220.444</b>

**Resultado Financeiro:**  

	Controladora	Consolidado
	<b>2025</b>	<b>2025</b>
<b>Resultado Financeiro (R\$ mil)</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>
Receitas Financeiras	840	59.271
Aplicações financeiras	491	59.256
Outras receitas	349	15
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(40.137)</b>	<b>(81.999)</b>
Juros sobre debêntures	(36.694)	(68.655)
Impostos sobre receitas financeiras	(2.114)	(4.848)
Amortização dos custos de captação de debêntures	(1.252)	(3.527)
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	-	(3.094)
Outras despesas	(77)	(1.875)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(39.297)</b>	<b>(22.728)</b>

 O resultado financeiro líquido na Controladora foi de -R\$ 39,3 milhões em 31 de dezembro de 2025 e -R\$ 22,7 milhões no Consolidado. O resultado na Controladora e no Consolidado representa os juros das debêntures captadas. O saldo de aplicações financeiras vem sendo consumido no pagamento das obras de atendimento ao PER, conforme planejado. **Endividamento:**  

	Quantidade	Contratuais	Vencimento	Consolidado
				<b>2025</b>
<b>Infra Lote 6 – 1ª emissão</b>	270.000	CDI + 1,84%	fev-28	306.693
<b>Iguazu – 1ª emissão</b>	400.000	CDI + 1,84%	fev-28	446.696
<b>Total Debêntures</b>				<b>753.389</b>
Arrendamento mercantil				31.251
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				<b>(450.534)</b>
<b>Dívida Líquida</b>				<b>334.106</b>

 Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em rito de registro automático, no montante total de R\$ 350 milhões. Sendo integralizada a 1ª série no montante de R\$ 270 milhões. A 2ª série deverá ser integralizada até 30 de abril de 2026. Em 28 de fevereiro de 2025, a EPR Iguazu realizou a 1ª emissão de debêntures. O montante total da emissão foi de R\$ 580 milhões, sendo a 1ª série no montante de R\$ 400 milhões e a 2ª série no montante de R\$ 180 milhões. Os recursos captados são com o objetivo de realizar os investimentos estimados, assim como fortalecer a sua estrutura financeira. A 1ª série foi integralizada em 17 de abril de 2025, e a 2ª série deverá ser integralizada até 30 de abril de 2026. **CAPEX:**  
**CAPEX (R\$ mil)**  

	2025
Infraestrutura em construção	360.208
Imobilizado	37.154
Intangível	19
<b>CAPEX</b>	<b>397.381</b>

 Em 2025 as controladas da Companhia, EPR Iguazu e EPR Engenharia, desembolsaram R\$ 397,4 milhões, sendo a maior representatividade as obras de atendimento ao PER, com destaque para os trabalhos iniciais, conforme previsto no Contrato de Concessão. **Lucro Líquido**: No período findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 125,7 milhões. **Governança Corporativa: Conselho de Administração**: O Conselho de Administração tem como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições. **Demonstrações Financeiras**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Relacionamento com a Auditoria Externa**: A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que possam levar a existência de conflito de interesse,

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.									
Demonstração do resultado (em R\$ mil)									
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	2025	2025	2025	2025	2025	2025	2025	2025	
Receita operacional líquida	-	795.922	-	795.922	-	-	-	-	3.094
Custos dos serviços prestados	-	(504.941)	-	(504.941)	-	-	-	-	-
<b>Lucro bruto</b>	-	<b>290.981</b>	-	<b>290.981</b>	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(887)	(76.788)	-	(76.788)	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	169.182	-	9	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>168.295</b>	<b>214.202</b>	<b>168.295</b>	<b>214.202</b>	<b>168.295</b>	<b>214.202</b>	<b>168.295</b>	<b>214.202</b>	<b>198</b>
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras	840	59.271	840	59.271	840	59.271	840	59.271	6.242
Despesas financeiras	(40.137)	(81.999)	(40.137)	(81.999)	(40.137)	(81.999)	(40.137)	(81.999)	7.623
<b>Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>128.998</b>	<b>191.474</b>	<b>128.998</b>	<b>191.474</b>	<b>128.998</b>	<b>191.474</b>	<b>128.998</b>	<b>191.474</b>	<b>2.618</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correntes	-	(59.362)	-	(59.362)	-	-	-	-	-
Diferidos	(781)	(6.375)	(781)	(6.375)	(781)	(6.375)	(781)	(6.375)	43
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>128.217</b>	<b>125.737</b>	<b>128.217</b>	<b>125.737</b>	<b>128.217</b>	<b>125.737</b>	<b>128.217</b>	<b>125.737</b>	<b>3.968</b>
Participação de controladores	128.217	128.217	128.217	128.217	128.217	128.217	128.217	128.217	237.971
Participação de não controladores	-	(2.480)	-	(2.480)	-	-	-	-	(51.517)
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
<b>Ativo</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	581	450.534	581	450.534	581	450.534	581	450.534	581
Contas a receber	-	42.707	-	42.707	-	42.707	-	42.707	-
Partes relacionadas	550	4.750	550	4.750	550	4.750	550	4.750	550
Impostos a recuperar	79	7.670	79	7.670	79	7.670	79	7.670	79
Adiantamentos a fornecedores	1.657	4.643	1.657	4.643	1.657	4.643	1.657	4.643	1.657
Dividendos e juros sobre capital próprio	4.034	-	4.034	-	4.034	-	4.034	-	4.034
Outros ativos	7	4.552	7	4.552	7	4.552	7	4.552	7
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>6.908</b>	<b>514.856</b>	<b>6.908</b>	<b>514.856</b>	<b>6.908</b>	<b>514.856</b>	<b>6.908</b>	<b>514.856</b>	<b>6.908</b>
<b>Não circulante</b>									
Aplicações financeiras vinculadas	49.924	49.924	49.924	49.924	49.924	49.924	49.924	49.924	49.924
Partes relacionadas	3.209	1.072	3.209	1.072	3.209	1.072	3.209	1.072	3.209
Recursos vinculados	-	7.712	-	7.712	-	7.712	-	7.712	-
Impostos a recuperar	3.352	4.172	3.352	4.172	3.352	4.172	3.352	4.172	3.352
Outros ativos	-	84	-	84	-	84	-	84	-
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>56.485</b>	<b>62.964</b>	<b>56.485</b>	<b>62.964</b>	<b>56.485</b>	<b>62.964</b>	<b>56.485</b>	<b>62.964</b>	<b>56.485</b>
Investimento	433.159	-	433.159	-	433.159	-	433.159	-	433.159
<b>Total dos ativos</b>	<b>526.987</b>	<b>1.100.698</b>	<b>526.987</b>	<b>1.100.698</b>	<b>526.987</b>	<b>1.100.698</b>	<b>526.987</b>	<b>1.100.698</b>	<b>526.987</b>
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>									
Fornecedores	296	85.900	296	85.900	296	85.900	296	85.900	296
Arrendamento mercantil a pagar	-	6.050	-	6.050	-	6.050	-	6.050	-
Obrigações sociais	-	6.478	-	6.478	-	6.478	-	6.478	-
Obrigações fiscais	2.096	14.539	2.096	14.539	2.096	14.539	2.096	14.539	2.096
Partes relacionadas	35.103	17.071	35.103	17.071	35.103	17.071	35.103	17.071	35.103
Cretores pela concessão	-	3.411	-	3.411	-	3.411	-	3.411	-
Dividendos a pagar	30.452	30.493	30.452	30.493	30.452	30.493	30.452	30.493	30.452
Outros passivos	-	3	-	3	-	3	-	3	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>67.947</b>	<b>163.945</b>	<b>67.947</b>	<b>163.945</b>	<b>67.947</b>	<b>163.945</b>	<b>67.947</b>	<b>163.945</b>	<b>67.947</b>
<b>Não circulante</b>									
Debêntures	303.402	742.484	303.402	742.484	303.402	742.484	303.402	742.484	303.402
Arrendamento mercantil a pagar	-	25.201	-	25.201	-	25.201	-	25.201	-
Cretores pela concessão	128.217	7.712	128.217	7.712	128.217	7.712	128.217	7.712	128.217
Imposto de renda e contribuição social diferidos	781	6.375	781	6.375	781	6.375	781	6.375	781
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>304.183</b>	<b>781.772</b>	<b>304.183</b>	<b>781.772</b>	<b>304.183</b>	<b>781.772</b>	<b>304.183</b>	<b>781.772</b>	<b>304.183</b>
<b>Total dos passivos</b>	<b>372.130</b>	<b>945.717</b>	<b>372.130</b>	<b>945.717</b>	<b>372.130</b>	<b>945.717</b>	<b>372.130</b>	<b>945.717</b>	<b>372.130</b>
<b>Patrimônio líquido</b>									
Capital social	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000
Reserva de capital	6.411	6.411	6.411	6.411	6.411	6.411	6.411	6.411	6.411
Reserva de lucros	78.446	78.446	78.446	78.446	78.446	78.446	78.446	78.446	78.446
<b>Total do patrimônio líquido controladores</b>	<b>154.857</b>	<b>154.857</b>	<b>154.857</b>	<b>154.857</b>	<b>154.857</b>	<b>154.857</b>	<b>154.857</b>	<b>154.857</b>	<b>154.857</b>
Participação de não controladores	-	124	-	124	-	124	-	124	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>154.857</b>	<b>154.981</b>	<b>154.857</b>	<b>154.981</b>	<b>154.857</b>	<b>154.981</b>	<b>154.857</b>	<b>154.981</b>	<b>154.857</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>526.987</b>	<b>1.100.698</b>	<b>526.987</b>	<b>1.100.698</b>	<b>526.987</b>	<b>1.100.698</b>	<b>526.987</b>	<b>1.100.698</b>	<b>526.987</b>
<b>Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil):</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>									
Lucro antes dos tributos	128.998	191.474	128.998	191.474	128.998	191.474	128.998	191.474	128.998
Ajustes de:									
Equivalência patrimonial	-	(169.182)	-	(169.182)	-	(169.182)	-	(169.182)	-
Juros e variação monetária de debêntures	-	36.694	-	36.694	-	36.694	-	36.694	-
Amortização dos custos de captação de debêntures	-	1.252	-	1.252	-	1.252	-	1.252	-
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>128.998</b>	<b>191.474</b>	<b>128.998</b>	<b>191.474</b>	<b>128.998</b>	<b>191.474</b>	<b>128.998</b>	<b>191.474</b>	<b>128.998</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>									
Aumento de capital em controlada	-	(334.000)	-	(334.000)	-	(334.000)	-	(334.000)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	49.728	-	49.728	-	49.728	-	49.728	-
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	-	(360.208)	-	(360.208)	-	(360.208)	-	(360.208)	-
Aquisições de itens de imobilizado	(33.845)	(37.154)	(33.845)	(37.154)	(33.845)	(37.154)	(33.845)	(37.154)	(33.845)
Aquisições de itens de intangível	-	(19)	-	(19)	-	(19)	-	(19)	-
Recursos vinculados	10	(7.613)	10	(7.613)	10	(7.613)	10	(7.613)	10
Aplicações financeiras	6	(49.726)	6	(49.726)	6	(49.726)	6	(49.726)	6
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(367.843)</b>	<b>(454.720)</b>	<b>(367.843)</b>	<b>(454.720)</b>	<b>(367.843)</b>	<b>(454.720)</b>	<b>(367.843)</b>	<b>(454.720)</b>	<b>(367.843)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>									
Aumento de capital social e reserva de capital	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000	70.000
Emissão de debêntures	270.000	670.000	270.000	670.000	270.000	670.000	270.000	670.000	270.000
Custos de captação de debêntures	(4.544)	(14.433)	(4.544)	(14.433)	(4.544)	(14.433)	(4.544)	(14.433)	(4.544)
Pagamento de arrendamento mercantil – principal	-	(3.673)	-	(3.673)	-	(3.673)	-	(3.673)	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>335.456</b>	<b>721.894</b>	<b>335.456</b>	<b>721.894</b>	<b>335.456</b>	<b>721.894</b>	<b>335.456</b>	<b>721.894</b>	<b>335.456</b>
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>581</b>	<b>450.534</b>	<b>581</b>	<b>450.534</b>	<b>581</b>	<b>450.534</b>	<b>581</b>	<b>450.534</b>	<b>581</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>581</b>	<b>450.534</b>	<b>581</b>	<b>450.534</b>	<b>581</b>	<b>450.534</b>	<b>581</b>	<b>450.534</b>	<b>581</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS										DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Ativos		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado			
Nota	2025	2025	2025	2025	Nota	2025	2025	2025	2025	Nota	2025	2025	2025	Nota	2025	2025			
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>					Receita operacional líquida	24	-	795.922	Receita operacional líquida	24	-	795.922		
Caixa e equivalentes de caixa	5	581	450.534	Fornecedores	18	296	85.900	Caixa e equivalentes de caixa	5	581	450.534	Custo dos serviços prestados	25	-	(504.941)	Custo dos serviços prestados	25	-	(504.941)
Contas a receber	7	-	42.707	Arrendamento mercantil a pagar	13	-	6.050	Contas a receber	7	-	42.707	<b>Lucro bruto</b>	25	-	<b>290.981</b>	<b>Lucro bruto</b>	25	-	<b>290.981</b>
Partes relacionadas	17	550	4.750	Obrigações sociais	20	-	6.478	Partes relacionadas	17	550	4.750	Despesas gerais e administrativas	25	(887)	(76.788)	Despesas gerais e administrativas	25	(887)	(76.788)
Impostos a recuperar	9	79	7.670	Obrigações fiscais	21	2.096	14.539	Impostos a recuperar	9	79	7.670	Outras receitas e despesas	-	-	9	Outras receitas e despesas	-	-	9
Adiantamentos a fornecedores	8	1.657	4.643	Partes relacionadas	17	35.103	17.071	Adiantamentos a fornecedores	8	1.657	4.643	Equivalência patrimonial	12	169.182	-	Equivalência patrimonial	12	169.18	

continuação

## EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

a única transação feita foi a integralização de capital social no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por esse motivo não estão sendo apresentadas as informações comparativas do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado. A Companhia adquiriu a participação societária da controlada Iguaçu em 11 de fevereiro de 2025, conforme divulgado na nota explicativa nº 12, desta forma, não há saldo consolidado a ser apresentado em informações comparativas do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado. **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. **3.3 Uso de estimativas e julgamento:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: **(i) Capitalização do ativo intangível:** A capitalização do ativo intangível é o processo contábil no qual o Grupo registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que o Grupo distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível. O Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da diretoria, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos intangíveis também são incorporados ao ativo do Grupo até que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos obtidos com a aplicação temporária dos recursos provenientes de empréstimos específicos e que ainda não foram gastos com os ativos intangíveis devem ser deduzidos dos custos de empréstimos qualificados para capitalização. Há ainda, a capitalização dos custos com salários, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento desses intangíveis. **(ii) Reconhecimento de amortização do ativo intangível:** O Grupo realiza o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **(iii) Receita de construção:** A ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece que a medida em que o Grupo realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, a mesma deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado. **(iv) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(v) IRPJ diferido:** O Grupo deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados. Tais impostos surgem das diferenças entre os valores reconhecidos para ativos e passivos do Grupo no balanço patrimonial e o reconhecimento desses ativos e passivos pelas autoridades fiscais, e a compensação para datas futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais correntes não utilizados. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Nesse sentido, o julgamento significativo da diretoria é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos, vide divulgações na nota explicativa nº 11. **3.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 28. **4. Políticas contábeis materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4.1 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os invest-

mentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **4.2 Investimento:** As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas direta. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados. O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. As controladas possuem o mesmo exercício social da Companhia. **4.3 Receitas de contratos com clientes:** O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, há razoável certeza de seu recebimento, e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário, pertinente ao recurso vinculado. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Conforme definido na ICP 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **4.4 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **(i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Ativos financeiros são reconhecidos quando classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. No caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos o caixa e as aplicações financeiras com conversibilidade imediata e montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens mencionados no parágrafo acima. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **(ii) Mensuração subsequente:** Ativos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Passivos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **4.5 Infraestrutura em construção e ativos intangíveis:** A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de "Ativo intangível". Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A infraestrutura referente ao contrato de concessão é registrada dentro do intangível do Grupo, visto que, o contrato de concessão do Grupo prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICP 01 (R1), o Grupo atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços

de operação) durante determinado prazo. O Grupo reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao poder concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispendios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **4.6 Ativos imobilizados:** Móveis e utensílios, computadores e periféricos, instalações, edifícios e dependências e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: • Móveis e utensílios: de 5 a 15 anos; • Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos; • Instalações, edifícios e dependências: de 5 a 15 anos; • Outros imobilizados: de 5 a 15 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. **4.7 Capitalização de custos:** Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **4.8 Capitalização dos custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo. O Grupo capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. **4.9 Fornecedores:** Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, caução contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominantemente ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo. **4.10 Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** As perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. **Contas a receber e ativos contratuais:** O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 28. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de balanço, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao

valor recuperável são reconhecidas no resultado. **4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** A infraestrutura recebida e/ou construída pela concessionária não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere a concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor. **4.12 Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **4.13 Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **4.14 Capital social:** (i) **Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. (ii) **Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. **4.15 Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **4.16 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e não incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **4.17 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, atualização monetária e descontos financeiros obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **4.18 IRPJ e CSLL:** (i) **Lucro real:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. (ii) **Imposto corrente - Lucro real:** O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. (iii) **Lucro presumido:** O IRPJ da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido, apurado trimestralmente, mediante a aplicação do percentual de presunção de 32% sobre a receita bruta de prestação de serviços, conforme previsto na legislação fiscal vigente. Sobre a base de cálculo assim determinada, aplicam-se as alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder R\$ 60 mil por trimestre, e de 9% para a CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL). (iv) **Imposto corrente - Lucro presumido:** O imposto corrente corresponde ao montante de IRPJ e CSLL a pagar, apurado trimestralmente, com base no lucro presumido do período, às alíquotas vigentes na data de encerramento das demonstrações financeiras, considerando eventuais ajustes relativos a exercícios anteriores. (v) **Imposto diferido:** O IRPJ e a CSLL do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da CSLL e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com IRPJ e CSLL descritas acima, compreendem o IRPJ e CSLL correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (vi) **Exposições fiscais:** Na determinação do IRPJ o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de IRPJ e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para IRPJ no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com IRPJ no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. **4.19 Tributos sobre prestações de serviços:** Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço. **4.20 Resultado por ação:** O Resultado por ação básico é continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação

**EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.**

calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição. **4.21 Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.23 Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. (i) Arrendamento mercantil a pagar Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. (ii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **4.24 Questões climáticas:** O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. **4.25 Eventos após o período do relatório:** Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável. **4.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **4.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements - PFS*) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes: • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congêneras estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, o final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 9. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and

Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte de sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais em dezembro de 2024,** o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

**5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Numerários em trânsito	-	1.249
Caixa e contas bancárias	34	3.201
Aplicações financeiras	547	446.084
<b>Total</b>	<b>581</b>	<b>450.534</b>

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 92,34% na controladora e 96,46% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025.

**6. Aplicações financeiras vinculadas:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Conta reserva vinculada (a)	49.924	49.924
<b>Total</b>	<b>49.924</b>	<b>49.924</b>

(a) As aplicações financeiras nesta conta reserva, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 99,19% em 31 de dezembro de 2025, com a finalidade de atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a garantias da 1ª emissão de debêntures da Companhia. A movimentação das aplicações financeiras vinculadas é demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Saldo no início do exercício (+) Aplicações (+) Rendimentos	49.726	49.726
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>49.924</b>	<b>49.924</b>

**7. Contas a receber:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Pedágio eletrônico (TAG) (a)	39.197	39.197
Cartão débito/crédito (b)	3.432	3.432
Cupom (c)	78	78
<b>Total</b>	<b>42.707</b>	<b>42.707</b>

(a) Pedágios eletrônicos, liquidados conforme prazos das operadoras. (b) Cartões de débito e crédito, liquidados conforme os prazos das administradoras de cartão. (c) Transações de débito e crédito offline, processadas por papa-fila nos terminais POS (pontos de venda). O aging do contas a receber está demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora 2025	Consolidado 2025
A vencer	42.707	42.707
Vencidos	-	-
Até 1 mês	5	5
<b>Total</b>	<b>42.707</b>	<b>42.707</b>

O Grupo faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece perda de crédito esperado à medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu R\$ 43 (Nota 25) como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vencidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vencidos possuíam perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre esse contas a receber. **8. Adiantamentos a fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R\$ 1.657 na controladora, referente principalmente a adiantamento para compra de máquinas e equipamentos, e R\$ 4.643 no consolidado, referente a pagamentos antecipados a prestadores de serviços operacionais. **9. Impostos a recuperar:**

	Controladora 2025	Consolidado 2025
IRPJ retido na fonte de juros sobre capital próprio	3.352	3.352
IRPJ retido na fonte sobre aplicações financeiras - IRRF	79	7.614
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	674
Programa de integração social - PIS	-	146
Outros tributos	-	56
<b>Total</b>	<b>3.431</b>	<b>11.842</b>

**10. Recursos vinculados:** A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 2% do preço do pedágio cobrado pela controlada Iguacu. Conforme previsto no contrato de concessão, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades: i. Compensações decorrentes do desconto de usuário frequente; ii. Reposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão. É vedado ao Grupo a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido à conta única do tesouro.

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Saldo no início do exercício (+) Depósitos de recursos vinculados (+) Rendimento de recursos vinculados (Nota 22)	7.613	99
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>7.712</b>	<b>7.712</b>

**11. IRPJ e CSLL: a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do IRPJ e a CSLL:** A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do IRPJ e da CSLL na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	128.998	191.474
Alíquota vigente	34%	34%

	Controladora 2025	Consolidado 2025
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(43.859)	(65.101)
Ajustes para alíquota efetiva	57.522	-
Equivalência patrimonial	(7.597)	-
Juros sobre capital próprio	-	1.329
Incentivos fiscais	-	(660)
Adições/exclusões permanentes	-	5.542
Tributo de controladas apurado pelo lucro presumido	-	(6.847)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos	(6.847)	(6.847)
<b>Total</b>	<b>(781)</b>	<b>(65.737)</b>

IRPJ e CSLL: IRPJ e CSLL: Correntes (781) (6.375) Diferidos (781) (65.737) **Total** 1% 34%

**Alíquota efetiva de impostos**

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL correntes reconhecida no resultado do exercício e os respectivos valores efetivamente pagos no exercício, conforme evidenciado na demonstração dos fluxos de caixa.

	Controladora 2025	Consolidado 2025
<b>Varição do IRPJ CSLL a pagar</b>	<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>Saldo no início do exercício</b>
(+) IRPJ e CSLL correntes	-	59.362
(-) Pagamentos efetuados	-	(51.517)
(-) Compensações	-	(4.582)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>3.263</b>	<b>3.263</b>

**b) IRPJ e CSLL diferidos:** O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte composição:

	Controladora 2025	Resultado	Controladora 2024
<b>Ativo fiscal diferido</b>			
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	335	335	-
Provisão para fornecedores	3	3	-
<b>Total</b>	<b>338</b>	<b>338</b>	<b>-</b>

**Passivo fiscal diferido**

	Controladora 2025	Resultado	Controladora 2024
Custos de captação da dívida	(1.119)	(1.119)	-
<b>Total</b>	<b>(781)</b>	<b>(781)</b>	<b>-</b>

**Passivo fiscal diferido líquido**

(a) O saldo de prejuízo fiscal e base negativa está sendo constituído limitando-se a 30% do saldo registrado no passivo diferido da controladora, considerando que a Companhia possui projeções de lucro tributável apenas para esses montantes.

	Controladora 2025	Resultado	Controladora 2024
<b>Ativo fiscal diferido</b>			
Provisão para participação nos lucros	879	879	-
Arrendamento mercantil	822	822	-
Credores pela concessão	594	594	-
Prejuízo fiscal e base negativa	335	335	-
Provisão para fornecedores	89	89	-
Outros ativos diferidos	15	15	-
Passíveis de compensação	(2.734)	(2.734)	-
<b>Ativo fiscal diferido líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Passivo fiscal diferido**

	Controladora 2025	Resultado	Controladora 2024
Custos de debêntures capitalizados	(5.010)	(5.010)	-
Custos de captação da dívida	(4.099)	(4.099)	-
Passíveis de compensação	2.734	2.734	-
<b>Total</b>	<b>6.375</b>	<b>6.375</b>	<b>-</b>

**Passivo fiscal diferido líquido**

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025 os montantes de R\$ 5.035 e R\$ 1.812 referentes a ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, respectivamente, em função da Companhia ser uma holding e, portanto, não possuir projeções de lucro tributável para esses montantes. **12. Investimentos:** O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Participação	Controladora 2025	Controladora 2025
<b>Investida</b>	<b>Controle</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>
EPR Iguacu S.A.	Controlada	100%	421.055
EPR Engenharia S.A.	Controlada	99%	12.104
<b>Total</b>			<b>433.159</b>

**a) Movimentação dos investimentos:** A movimentação dos investimentos em controladas é demonstrada abaixo:

	Equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital próprio (i)	Aportes de capital (ii)	Aquisição de participação (iii)	2025	
<b>Controlada</b>	<b>2024</b>	<b>2024</b>	<b>2024</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	
EPR Iguacu S.A.	-	153.044	(53.080)	334.000	(12.909)	421.055
EPR Engenharia S.A.	-	16.138	(4.034)	-	-	12.104
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>169.182</b>	<b>(57.114)</b>	<b>334.000</b>	<b>(12.909)</b>	<b>433.159</b>

(i) No exercício de 2025, as destinações de dividendos e juros sobre capital próprio da controlada Iguacu ocorreram da seguinte forma:

Data de deliberação	Deliberação	Valor bruto	IR retido	Valor líquido
04/12/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	30.735	-	30.735
04/12/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	17.647	(2.647)	15.000
11/12/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2025	4.698	(705)	3.993
		<b>53.080</b>	<b>(3.352)</b>	<b>49.728</b>

O montante de R\$ 4.034 referente à controlada Engenharia refere-se a proposta de dividendos referente ao lucro apurado em 2025. A movimentação dos valores de dividendos e juros sobre capital próprio a receber é demonstrada abaixo:

	Controladora 2025	Consolidado 2025
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(+) Dividendos e juros sobre capital próprio declarados em ata	57.114	57.114
(-) Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	(49.728)	(49.728)
(-) IRRF de juros sobre capital próprio	(3.352)	(3.352)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>4.034</b>	<b>4.034</b>

(ii) Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a aquisição da totalidade das ações da controlada Iguacu, sendo 100 ações ordinárias, perfazendo o montante de R\$ 100,00 (cem reais). Em 21 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a subscrição de 689.999,900 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal na controlada Iguacu, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 690.000. O capital foi parcialmente integralizado no montante de R\$ 334.000 e o restante deve ser integralizado em moeda corrente nacional até 24 de abril de 2026.

(iii) Em 11 de fevereiro de 2025, a EPR Participações S.A. vendeu 99 ações ordinárias da controlada Iguacu, a preço de R\$ 1,00 (um real) cada, para a Companhia. O valor contábil das ações era de R\$ (12.908) e houve uma perda (pagamento a maior) na aquisição no montante de R\$ 12.908, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas b)

**Informações financeiras resumidas das controladas: (i) Balanço patrimonial:**

	Iguacu 2025	Engenharia 2025

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.									
Consolidado					Controladora				
Atendi-mento pré-hospita- talar (a)	Veículos (b)	Imó-veis (c)	Total						
<b>Amortização acumulada</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
(-) Amortização					(-) Amortização				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>					<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>				
<b>Direito de uso líquido</b>					<b>Direito de uso líquido</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de amortização - a.a.					Taxa de amortização - a.a.				
(a) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;					(a) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;				
(b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;					(b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;				
(c) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;					(c) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;				
<b>Passivo de arrendamento:</b>					<b>Passivo de arrendamento:</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de amortização - a.a.					Taxa de amortização - a.a.				
(a) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;					(a) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;				
(b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;					(b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;				
(c) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;					(c) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;				
<b>Saldo no início do exercício</b>					<b>Saldo no início do exercício</b>				
(+/-) Adições					(+/-) Adições				
(+/-) Ajuste a valor presente (Nota 26)					(+/-) Ajuste a valor presente (Nota 26)				
(-) Pagamentos - principal					(-) Pagamentos - principal				
(-) Pagamentos - juros					(-) Pagamentos - juros				
<b>Saldo no final do exercício</b>					<b>Saldo no final do exercício</b>				
Circulante					Circulante				
Não circulante					Não circulante				
No reconhecimento inicial, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados utilizando a taxa incremental de financiamento aplicável a cada contrato. Para o exercício, a taxa média ponderada utilizada foi de 9,68% a.a. Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste a valor presente totalizava R\$ 10.024. Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
2027					2027				
2028					2028				
2029					2029				
2030					2030				
2031					2031				
Após 2031					Após 2031				
<b>Total</b>					<b>Total</b>				
<b>15. Infraestrutura em construção:</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
10%					10%				
<b>16. Intangível:</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
10%					10%				
<b>17. Partes relacionadas:</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
10%					10%				
<b>18. Fornecedores:</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
10%					10%				
<b>19. Debêntures:</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
10%					10%				
<b>20. Obrigações sociais:</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
10%					10%				
<b>21. Obrigações fiscais:</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
10%					10%				
<b>22. Credores pela concessão:</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
10%					10%				
<b>23. Patrimônio líquido (a) Capital social:</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
10%					10%				
<b>24. Receita operacional líquida:</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
10%					10%				
<b>25. Custos e despesas por natureza:</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024					Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Taxa de depreciação - a.a.					Taxa de depreciação - a.a.				
10%					10%				

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação

**EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.**

	Controladora		Consolidado		Controladora						Consolidado	
	2025	2025	2025	2025	Classificação	Contábil	Valor justo	2025	2025	2025	2025	
Custo da concessão (Nota 22)	-	(14.654)	-	(14.654)								
Depreciação e amortização	-	(6.242)	-	(6.242)								
Seguros e garantias	-	(5.042)	-	(5.042)								
Combustíveis e lubrificantes	-	(3.487)	-	(3.487)								
Aluguéis	(5)	(3.429)	(5)	(3.429)								
Contribuições e doações	-	(1.286)	-	(1.286)								
Perdas de arrecadação (Nota 7)	-	(43)	-	(43)								
Outros	(10)	(7.271)	(10)	(7.271)								
<b>Total</b>	<b>(887)</b>	<b>(581.729)</b>	<b>(887)</b>	<b>(581.729)</b>								
Custo dos serviços prestados	-	(504.941)	-	(504.941)								
Despesas gerais e administrativas	(887)	(76.788)	(887)	(76.788)								

	Controladora		Consolidado		Operação	Exposi- ção	Risco	Taxa de juros	Cenário I (pro- vável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)	Cenário V (- 50%)	Ativo	Classificação	Contábil	Valor justo
	2025	2025	2025	2025													
Ativos financeiros																	
Aplicações financeiras (Nota 5)	491	59.256	491	59.256										2	2	4.450	4.450
Outras receitas	349	15	349	15										1 (Nível 2)	1	446.084	446.084
<b>Total</b>	<b>840</b>	<b>59.271</b>	<b>840</b>	<b>59.271</b>										1 (Nível 2)	1	49.924	49.924
Despesas financeiras														2	2	42.707	42.707
Juros sobre debêntures (Nota 19)	(36.694)	(68.655)	(36.694)	(68.655)										2	2	5.822	5.822
Impostos sobre receitas financeiras	(2.114)	(8.848)	(2.114)	(8.848)										2	2	7.712	7.712
Amortização dos custos de captação de debêntures (Nota 19)	(1.252)	(3.527)	(1.252)	(3.527)										2	2	11.123	11.123
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil (Nota 13)	-	(3.094)	-	(3.094)										2	2	30.493	30.493
Outras despesas	(77)	(1.875)	(77)	(1.875)										2	2	918.322	918.322
<b>Total</b>	<b>(40.137)</b>	<b>(81.999)</b>	<b>(40.137)</b>	<b>(81.999)</b>													
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(39.297)</b>	<b>(22.728)</b>	<b>(39.297)</b>	<b>(22.728)</b>													

**26. Resultado financeiro:**

**Receitas financeiras**  
Aplicações financeiras 491 59.256  
Outras receitas 349 15  
**Total 840 59.271**

**Despesas financeiras**  
Juros sobre debêntures (Nota 19) (36.694) (68.655)  
Impostos sobre receitas financeiras (2.114) (8.848)  
Amortização dos custos de captação de debêntures (Nota 19) (1.252) (3.527)  
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil (Nota 13) - (3.094)  
Outras despesas (77) (1.875)  
**Total (40.137) (81.999)**  
**Resultado financeiro (39.297) (22.728)**

**27. Resultado por ação:**

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	88.651	88.651
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	60.358	60.358
<b>Resultado básico e diluído por ação - R\$</b>	<b>1,4687</b>	<b>1,4687</b>

**28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** a) Visão geral O Grupo está exposto aos seguintes riscos: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo. **Estrutura de gerenciamento de risco** A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. b) Risco de crédito O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2025	2025	2025
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	581	450.534	581	450.534
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	49.924	49.924	49.924	49.924
Contas a receber (Nota 7)	-	-	-	-
Partes relacionadas (Nota 17)	3.759	5.822	3.759	5.822
Dividendos a receber (Nota 17)	4.034	-	4.034	-
Recursos vinculados (Nota 10)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>58.298</b>	<b>556.699</b>	<b>58.298</b>	<b>556.699</b>

c) Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo. O contrato de concessão estabelece o recurso vinculado como garantia às partes contratuais. Caso o saldo deste recurso seja insuficiente para cobrir os eventuais reequilíbrios, favoráveis ou não ao Grupo, outras formas de reequilíbrio deverão ser discutidas entre as partes. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

	Controladora			Total
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Debêntures (Nota 19)	-	303.402	-	303.402
Fornecedores (Nota 28)	296	-	-	296
Partes relacionadas (Nota 17)	35.103	-	-	35.103
Dividendos a pagar (Nota 17)	30.452	-	-	30.452
<b>Total</b>	<b>65.851</b>	<b>303.402</b>	<b>-</b>	<b>369.253</b>

	Controladora			Total
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Debêntures (Nota 19)	-	742.484	-	742.484
Fornecedores (Nota 18)	85.900	-	-	85.900
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 13)	6.050	23.840	1.361	31.251
Partes relacionadas (Nota 17)	17.071	-	-	17.071
Cretores pela concessão (Nota 22)	3.411	7.712	-	11.123
Dividendos a pagar (Nota 17)	30.493	-	-	30.493
<b>Total</b>	<b>142.925</b>	<b>774.036</b>	<b>1.361</b>	<b>918.322</b>

d) Risco de taxa de juros O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2025	2025	2025
Debêntures (Nota 19)	303.402	742.484	303.402	742.484
Fornecedores (Nota 18)	296	85.900	296	85.900
Arrendamento mercantil (Nota 13)	-	35.251	-	35.251
Cretores pela concessão (Nota 22)	-	11.123	-	11.123
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(581)	(450.534)	(581)	(450.534)
<b>Subtotal</b>	<b>303.117</b>	<b>424.224</b>	<b>303.117</b>	<b>424.224</b>
Patrimônio líquido	154.857	154.981	154.857	154.981
<b>Total</b>	<b>457.974</b>	<b>579.205</b>	<b>457.974</b>	<b>579.205</b>
Quociente de alavancagem	66%	73%	66%	73%

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3.3 (i), 15 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A mensuração da infraestrutura em construção e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível como área significativa de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3 (i), 15 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos** **Demonstrações de valor adicionado** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa

responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação

**EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.**

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 30 de março de 2026.

**ERNST & YOUNG**  
Audítores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-027623/F

**José Antonio de Andrade Navarrete**  
Contador  
CRC SP-198698/O

## Publique no Data Mercantil!

*A decisão certa em todos os momentos.*



Acesse nosso site pelo link abaixo  
ou apontando a câmera do seu  
celular no QRcode ao lado.  
[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

**DATA** São Paulo  
**MERCANTIL**



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

